



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano

AUTÓGRAFO Nº 3864/2025
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75/2025
AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 14.223, DE 26 DE JULHO DE 2021, PARA INSTITUIR O OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO DECRETA:

Art. 1º O Capítulo III da Lei Municipal nº 14.223, de 26 de julho de 2021, passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos, inseridos após o Art. 6º:

"CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS

(...)

Art. 6º-A. *Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDEST), o Observatório do Trabalho de João Pessoa, como órgão consultivo e de assessoramento técnico, destinado à produção e gestão de informações e estatísticas para subsidiar as políticas públicas de emprego e renda, em conformidade com o Sistema Nacional de Emprego (Sine).*

Art. 6º-B. *Compete ao Observatório do Trabalho:*

- I - Coletar, sistematizar e analisar dados sobre o mercado de trabalho, a qualificação profissional e as dinâmicas de emprego e renda no Município;*
- II - Elaborar estudos e diagnósticos para identificar demandas e tendências do setor produtivo local, orientando as ações do Programa "Eu Posso Crescer" e outras políticas correlatas;*
- III - Fornecer subsídios técnicos para o Conselho Consultivo e o Comitê Gestor na tomada de decisões;*
- IV - Divulgar periodicamente suas análises e relatórios para a sociedade e os gestores públicos.*

Art. 6º-C. *O Observatório do Trabalho terá composição tripartite e paritária, com membros designados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, a partir de indicações dos órgãos e entidades competentes,*



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano

garantindo a seguinte representação:

I - Bancada do Governo: a) 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDEST), que o coordenará; b) 01 (um) representante da Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

II - Bancada dos Trabalhadores: a) 02 (dois) representantes de centrais sindicais ou federações de trabalhadores com representatividade no Município.

III - Bancada dos Empregadores: a) 02 (dois) representantes de federações ou associações empresariais com atuação no comércio, indústria ou serviços no Município.

§ 1º *A nomeação dos membros é de competência do Prefeito Municipal e será formalizada por meio de Decreto, a partir de indicações dos órgãos e entidades representadas.*

§ 2º *O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.*

§ 3º *A participação no Observatório do Trabalho é considerada função pública de relevante interesse social e não será remunerada a qualquer título.*

§ 4º *O regimento interno do Observatório será definido por ato do Secretário da SEDEST."*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 07 DE OUTUBRO DE 2025.


VALDIR JOSÉ DOWSLEY
Presidente